

# Ciclo de Formación a las Autoridades del MIDES

Desafíos de la integralidad y la  
coordinación de las políticas sociales

Guatemala, 29 de outubro de 2013  
Prof. Dr. Renato Francisco dos Santos Paula

# Estrutura da Apresentação

1. Contexto Histórico do Desenvolvimento Social Brasileiro: passado, presente e futuro.
2. Gestão das Políticas Sociais.
  - \* modelo neoliberal.
  - \* modelo neodesenvolvimentista.
3. Principais ações para o Desenvolvimento Social.
4. Financiamento e Controle Social.

# Contexto Histórico do Desenvolvimento Social Brasileiro

- Colonização Portuguesa de exploração.
- Superexploração da força de trabalho indígena.
  - Escravização de negros africanos.
  - Agravamento da “questão social”.
    - República tardia.
- Administração pública patrimonialista.
- Ação social privada, filantrópica e clientelista.

# Momentos importantes de inflexão

- 1930 – 1954: Getúlio Vargas – legislação social e desenvolvimento: assistência e repressão.
- 1956 – 1961: aceleração de desenvolvimento: industrialização e abertura comercial.
- 1964 – 1985: ditadura civil-militar.
- 1988 – Constituição da República Federativa Brasileira.

# Gestão das Políticas Sociais

- 1988 em diante : implantação de regime neoliberal:
  - Privatizações
  - Controle Inflacionário
  - Enxugamento da máquina do Estado
  - Desmonte da Proteção Social Pública
- Retorno ao filantropismo e ao voluntariado

# Gestão das Políticas Sociais

- 2003 em diante: implantação do regime neodesenvolvimentista:
- Valorização do potencial produtivo nacional
  - Incentivo ao agronegócio
- Centralidade no desenvolvimento social
  - Cumprimento da legislação
  - Opção por Sistemas Públicos

# **Principais Ações para o Desenvolvimento Social**

- Trabalho / Previdência Social.
- Segurança Alimentar e Nutricional.
  - Transferências Monetárias.
    - Assistência Social.



**Mas com que  
concepção?**



# Proteção Social – Segurança / Insegurança

- ▶ A proteção social refere-se às formas de dependência, intrínsecas à condição humana. A situação de dependência gera insegurança e essa constitui a raiz do problema histórico da dependência (segurança/insegurança), mesmo antes dos primeiros experimentos de política social.

- ▶ VIANA & LEVICOVITZ. Proteção Social: introduzindo o debate. In VIANA, ELIAS & IBAÑEZ, Ana Luiza d'Ávila, Paulo Eduardo M. & Nelson. Proteção Social: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

# Proteção Social

- ▶ A proteção social consiste na ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e / ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência.
- ▶ Os sistemas de proteção social têm origem na necessidade imperativa de neutralizar ou reduzir o impacto de determinados riscos sobre o indivíduo e a sociedade.

▶ VIANA & LEVICOVITZ. Proteção Social: introduzindo o debate. In VIANA, ELIAS & IBAÑEZ, Ana Luiza d'Ávila, Paulo Eduardo M. & Nelson. Proteção Social: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

# Proteção Social

- ▶ **Assistência Social** – distribuição de bens e recursos para camadas específicas da população, de acordo com necessidades tópicas, sendo ações de tipo focalizado, residuais e seletivas;
- ▶ **Seguro Social** – distribuição de benefícios a categorias ocupacionais específicas;
- ▶ **Seguridade Social** – distribuição de benefícios, ações e serviços a todos os cidadãos de determinada unidade territorial.

- ▶ VIANA & LEVICOVITZ. Proteção Social: introduzindo o debate. In VIANA, ELIAS & IBAÑEZ, Ana Luiza d'Ávila, Paulo Eduardo M. & Nelson. Proteção Social: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005

# Modalidades de intervenção

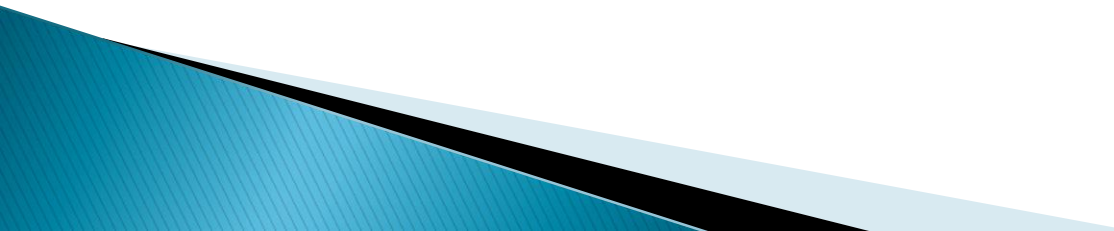
Modalidade			
	Assistência	Seguro	Seguridade
Cobertura	Marginal	Ocupacional	Universal
Prestação	Ad Hoc	Contributivo / Redistributivo	Homogênea de soma fixa
Financiamento	Fiscal	Contributivo	Fiscal

VIANA & LEVICOVITZ. Proteção Social: introduzindo o debate. In VIANA, ELIAS & IBAÑEZ, Ana Luiza d'Ávila, Paulo Eduardo M. & Nelson. Proteção Social: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005 *na & Levcovitz, 2005*

# Observância da legislação

## CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a **alimentação**, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

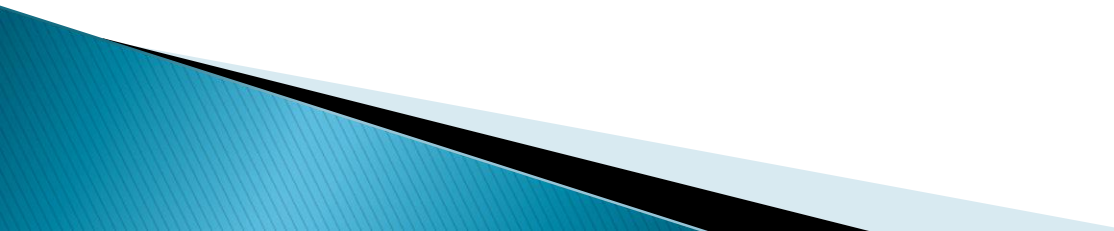


# TÍTULO VII

## DA ORDEM SOCIAL

### ▶ CAPÍTULO II

### ▶ DA SEGURIDADE SOCIAL

- ▶ **Art. 194.** A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- 

# ***Constituição Federal / 1988***

## **Seguridade Social**

**Previdência  
Social**



**Saúde**



**Assistência  
Social**



*(Art. 194 da CF/88)*

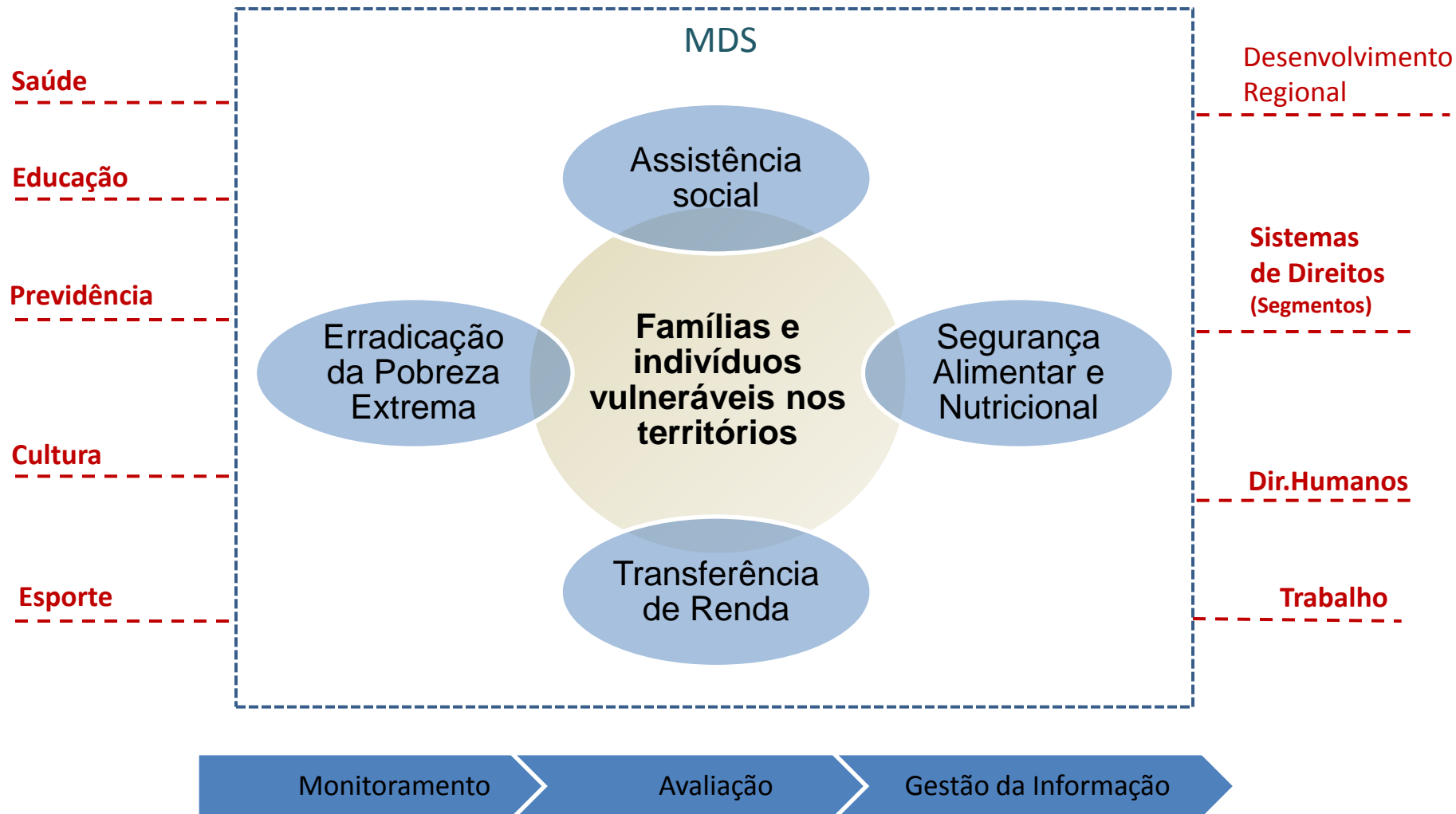
# **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS**

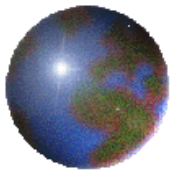
## **Diretrizes para a política social no Brasil**

- Respeito ao pacto entre os entes federados
- A família como objeto de intervenção
- O território como base para operação
- O controle social das ações de governo em todos os níveis



## Rede de Proteção e Promoção Social



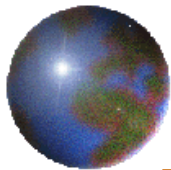


## ***Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS***

Criado em 23 de janeiro de 2004, com o objetivo de aumentar a intersetorialidade das ações governamentais voltadas para a inclusão social, a erradicação da pobreza e desigualdades sociais.

Esforço de desenhar, construir e gerir políticas sociais na direção de romper com as tendências históricas:

- de centralização governamental,
- de focalização nas situações de mais extremada miserabilidade,
- de submissão das necessidades sociais aos imperativos de um economicismo liberal alheio às desigualdades econômicas e sociais.



## ***Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS***

Nova lógica de concepção, planejamento e gestão da área social: atenção especial na direção de fortalecer as políticas sociais e lhes atribuir as condições políticas e materiais necessárias para construir respostas responsáveis, conseqüentes e adequadas à dimensão dos graves e profundas desigualdades sociais.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sinaliza a disposição de mudar a situação até então vivida pelas políticas públicas de proteção social no Brasil, que existiam sem locus institucional próprio e limitadas à implementação de poucas e fragmentadas ações, desarticuladas, de baixa cobertura e reduzida efetividade social, centralizadas nacionalmente e desrespeitando a realidade e as necessidades locais

# Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

O MDS está organizado em cinco secretarias:

- Secretaria Nacional de Renda de Cidadania- **SENARC**
- Secretaria Nacional de Assistência Social - **SNAS**
- Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –**SESAN**
- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – **SAGI**
- Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza - **SESEP**

# **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS**

## **PRINCIPAIS PROGRAMAS**

# **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS**

## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

# Programa Bolsa Família

- Programa de transferência direta de renda com condicionalidades de educação, saúde e assistência social.
- Beneficia 12 milhões de famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 120 per capita.
- Articula a estratégia de desenvolvimento social e combate à fome com foco nas famílias pobres de todo território nacional.

# Programa Bolsa Família

## Para integrar o programa as prefeituras devem:

- Assinar de Termo de Adesão e indicar o gestor municipal do PBF, pessoa responsável pela gestão do Programa no Município;
- Promover a ação intersetorial com outras políticas públicas como saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e trabalho;
- Constituir instância de controle social, agora na Assistência Social;
- Cadastrar as famílias através do CadÚnico



# Programa Bolsa Família

- Promover a gestão e o acompanhamento das condicionalidades do PBF;
- Estabelecer parcerias para oferta de programas complementares de geração de trabalho e renda
- Disponibilizar ações e serviços nas áreas de Educação e Saúde para o cumprimento das condicionalidades
- Acompanhar, em articulação com estados e a União, o cumprimento das condicionalidades

# Gestão local e Bolsa Família

- Os gestores municipais são os responsáveis pela identificação e cadastramento das famílias, pela oferta de serviços e pelo acompanhamento das famílias nas áreas de saúde, educação e assistência social
- O Governo Federal apoia os municípios por meio de repasses calculados a partir do número de famílias beneficiadas e de um índice do desempenho da Gestão Municipal – o IGD
- O IGD é calculado a partir de informações sobre a qualidade das informações do CADÚNICO e o acompanhamento das condicionalidades da saúde e da educação.

# Bolsa Família - Condicionalidades

Isto é, a contrapartida das famílias para receberem o benefício:

- Acompanhamento de saúde e nutricional: para gestantes e crianças de 0 a 6 anos.
- Frequência escolar:
  - mínimo de 85%: para crianças e adolescentes de 6 a 15;
  - mínimo de 75%: para adolescentes 16 a 17 anos.
- Atividades sócio-educativas: para crianças com risco de trabalho infantil (PETI).

## **Benefício de Prestação Continuada BPC**

- Benefício da política de assistência social, não contributivo previsto na Constituição Federal de 1988.
- Consiste no pagamento de salário mínimo mensal a idosos (acima de 65 anos) e pessoas com deficiência incapacitadas para o trabalho, pertencentes a famílias com renda per capita mensal inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo em vigor.

# **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS**

## **SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SISAN**

### **PROGRAMAS**

# SISAN

## Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Com aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN, 2006) e da Lei de Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN, 2008), pela **primeira vez no Brasil o direito à alimentação adequada é reconhecido como direito fundamental para a dignidade humana.**

A LOSAN e o SISAN buscam articular políticas na área de segurança alimentar e nutricional de modo a criar condições de assegurar de forma sustentável o direito à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade suficientes à sobrevivência.

# SISAN

## Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Para essa área o MDS destina aos municípios brasileiros recursos financeiros e apoio técnico para a implantação de programas e equipamentos públicos de segurança alimentar, de acordo com as características locais e com o tipo de demanda, investindo na produção, distribuição de alimentos e também em educação alimentar.

O MDS publica regularmente editais para destinar recursos para esses programas, com orientações para alcançar esses recursos. Para esses programas é fundamental a parceria dos prefeitos que devem estar atentos aos prazos dos editais para se integrarem nessa grande rede que estamos construindo no país.

# Agricultura Familiar – PRONAF e PAA

## **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**

- Implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em parceria com o MDS oferece crédito aos pequenos produtores.

## **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**

- Aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, por valores referenciados pelos mercados regionais.
- Os alimentos adquiridos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.



# Outras Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

- **Restaurantes Populares:**
- **Bancos de Alimentos:**
- **Cozinhas Comunitárias:**
- **Feiras e Mercados Populares:**
- **Cisternas no Semi-árido:**

# Outras Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

- Programa do Leite – Leite Fome Zero;
- Programa de Agricultura Urbana, Periurbana e Sistemas Coletivos de Produção;
- Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD
- Unidades de Beneficiamento e Processamento Familiar Agroalimentar
- Educação Alimentar e Nutricional
- Distribuição de Cestas Básicas a Grupos Específicos

# Promoção da Inclusão Sócioprodutiva

Organiza a intervenção direta dos governos e articula ações desenvolvidas pela União, estados e Distrito Federal, com vistas a gerar possibilidades de inclusão produtiva para pessoas inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do governo federal, preferencialmente aquelas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

- **Articulação para a Inclusão Produtiva**
- **Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**
- **Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis**

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -  
MDS**

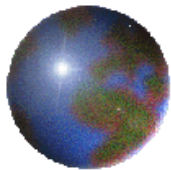
**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

# Sistema Único de Assistência Social - SUAS

- A Assistência Social é organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS
- Consolida a Assistência Social como Política de Estado, garantidora de direitos.
- Promove a gestão da política social de maneira integrada em todo o território nacional.
- Institui um novo modelo de organização dos serviços e benefícios socioassistenciais, hierarquizado por níveis de complexidade e com base territorial.



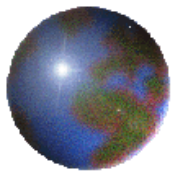
# *ORGANIZAÇÃO DO SUAS*



# Sistema Único da Assistência Social

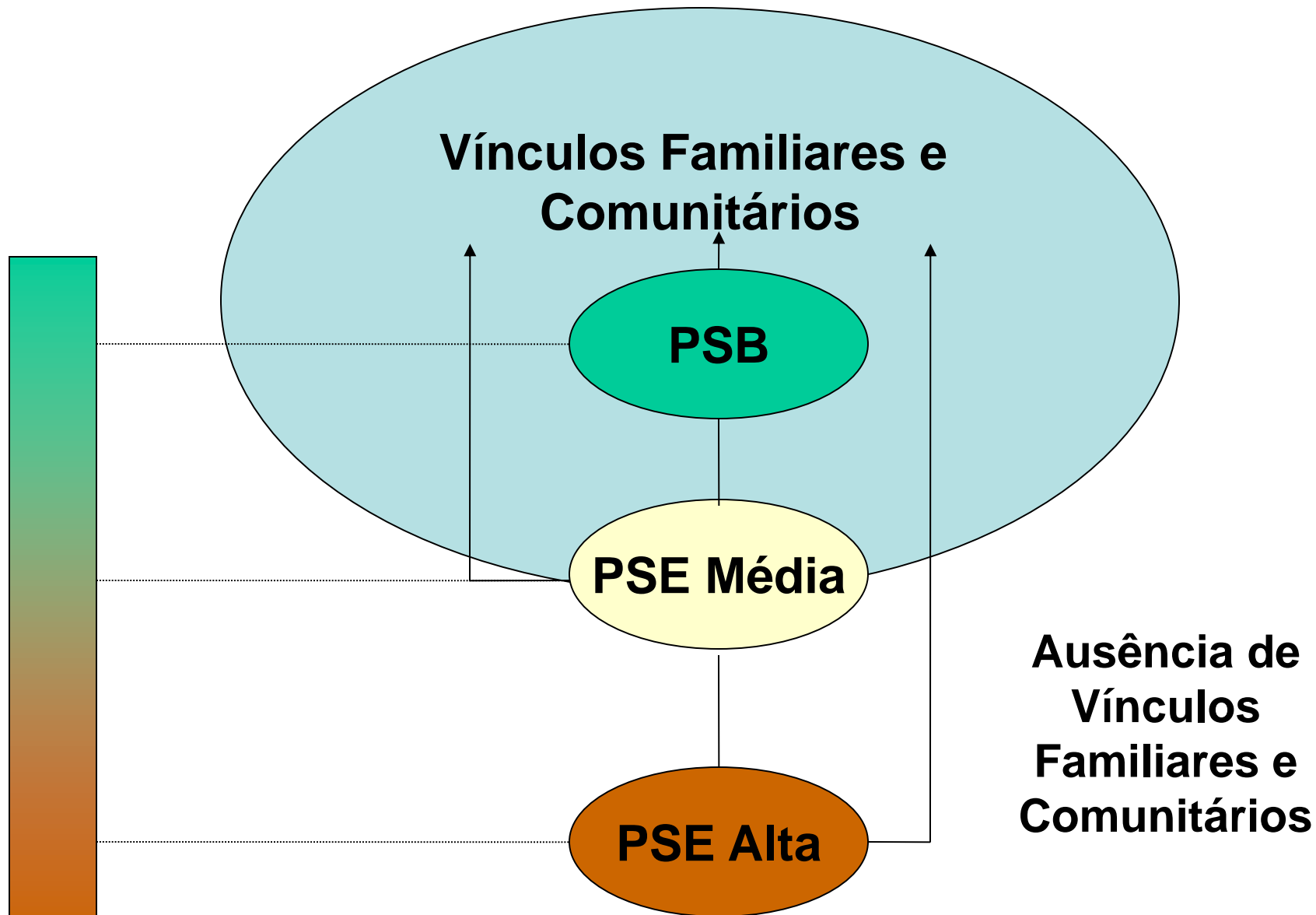
## Divisão dos Municípios por Porte

<b>Classificação dos Municípios</b>	<b>N° de Habitantes</b>	
Pequeno I	Até 20.000	
Pequeno II	De 20.001 a 50.000	
Médio	De 50.001 a 100.000	
Grande	De 100.001 a 900.000	
Metrópole	Mais de 900.000	



# Sistema Único da Assistência Social

Escala de Risco





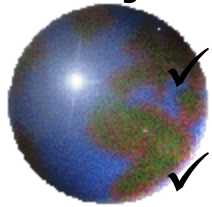


# *PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA*

# Proteção Social Básica

✚ A Proteção Social Básica tem **caráter preventivo** e processadora de inclusão social.

✚ **Destinatários:** segmentos da população que vivem em condições de **vulnerabilidade social**, tais como:

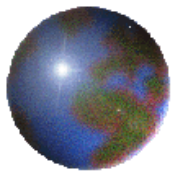


✓ pobreza

✓ privação (ausência de renda, precária ou nulo acesso aos serviços públicos...)

✓ fragilização dos vínculos afetivos (discriminação etária, étnicas, de gênero ou por deficiência...)

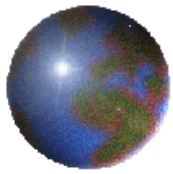
✚ **Objetivo:** prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.



# Proteção Social Básica

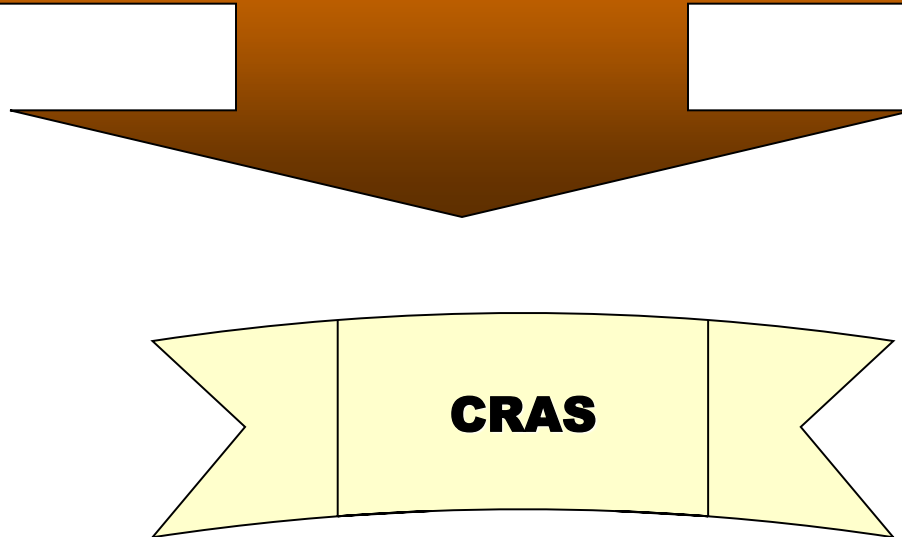
**A proteção social básica inclui a oferta de:**

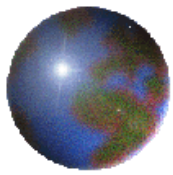
- ✚ Programa de Atenção Integral à Família – **PAIF**;
- ✚ Programa de **inclusão produtiva** e projetos de enfrentamento à pobreza;
- ✚ Centros de **Convivência para Idosos**;
- ✚ **Serviços para crianças de 0 a 6 anos**, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- ✚ **Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos**, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;



# Proteção Social Básica

Os programas, projetos e serviços devem ser executados de forma direta nos **Centros de Referência da Assistência Social – CRAS** e, ou, em outras unidades básicas e de assistência social (governamental e não governamental).



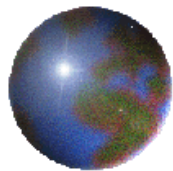


# O que é o CRAS?

## *Centro de Referência de Assistência Social*



- ✦ Unidade **pública estatal** de base territorial, localizado em áreas de maior vulnerabilidade social.
- ✦ Deverá ser **implantado pela Prefeitura**;
- ✦ **Executa serviços de proteção social básica**;
- ✦ **Organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais local** da política de assistência social.
- ✦ É a “**porta de entrada**” para a rede de serviços socioassistenciais.
- ✦ Abrange um total de **1000 famílias/ano**.

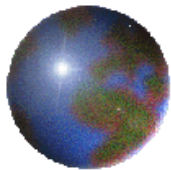


# Atuação do CRAS

## *Quais são as competências do CRAS?*



- ✿ Orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário a família e indivíduos – PAIF;
- ✿ Prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência;
- ✿ Identificar e articular a rede de proteção social local;
- ✿ Promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social local ou de outras políticas públicas;
- ✿ Mapear e organizar a rede socioassistencial de proteção social básica, sob orientação do gestor municipal de assistência social.



# CRAS x SMAS

## *Qual a diferença entre o CRAS e a Secretaria Municipal de Assistência Social?*



### O CRAS:

- ✓ Ficar **subordinado** à Secretaria Municipal de Assistência Social;
- ✓ **Executará** serviços de Proteção Social Básica;
- ✓ **Acompanhamento das famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social**, oferecendo apoio necessário à superação de suas dificuldades.



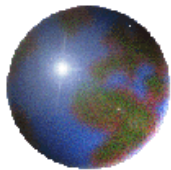
### A Secretaria:

- ✓ Responsável pela **coordenação e articulação política**;
- ✓ Consolidação de dados e articulação de todas as unidades de CRAS;
- ✓ Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação
- ✓ Conhecimento da realidade local e definição de estratégias de ação.



# *PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL*



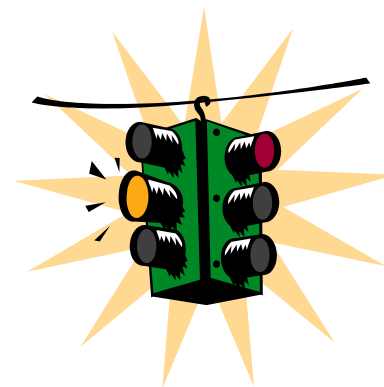


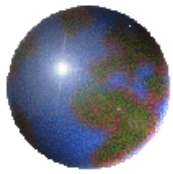
# Proteção Social Especial

✚ A Proteção Social Especial tem **caráter protetivo**, mas igualmente reabilitador de possibilidades psico-sociais com vistas a reinserção social. Por isso, exigem **atenção mais personalizada** e processos protetivos de longa duração.

✚ **Destinatários:** indivíduos que se encontram em **situação de alta vulnerabilidade pessoal e social**, decorrentes de:

- ✓ ocorrência de abandono
- ✓ vítimas de maus tratos físicos e/ou psíquicos
- ✓ abuso e exploração sexual
- ✓ usuários de drogas
- ✓ adolescentes em conflito com a lei
- ✓ moradores de rua...





# Proteção Social Especial

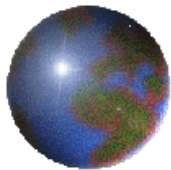
**A Proteção Social é classificada em dois tipos:**

## **☐ Proteção Social Especial de Média Complexidade**

**Destinatários:** Famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

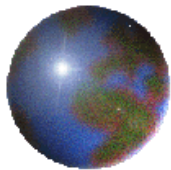
## **☐ Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

**Destinatários:** Famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.



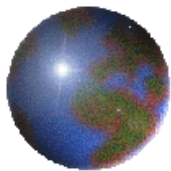
# PSE de Média Complexidade

- ✚ Serviço de orientação e apoio sócio-familiar;
- ✚ Plantão Social;
- ✚ Abordagem de rua;
- ✚ Cuidado no domicílio;
- ✚ Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
- ✚ Medidas sócio-educativas em meio-aberto (PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e LA – Liberdade Assistida).
- ✚ Centro de Referência Especializado da Assistência Social, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário; dirigido às situações de violação de direitos.



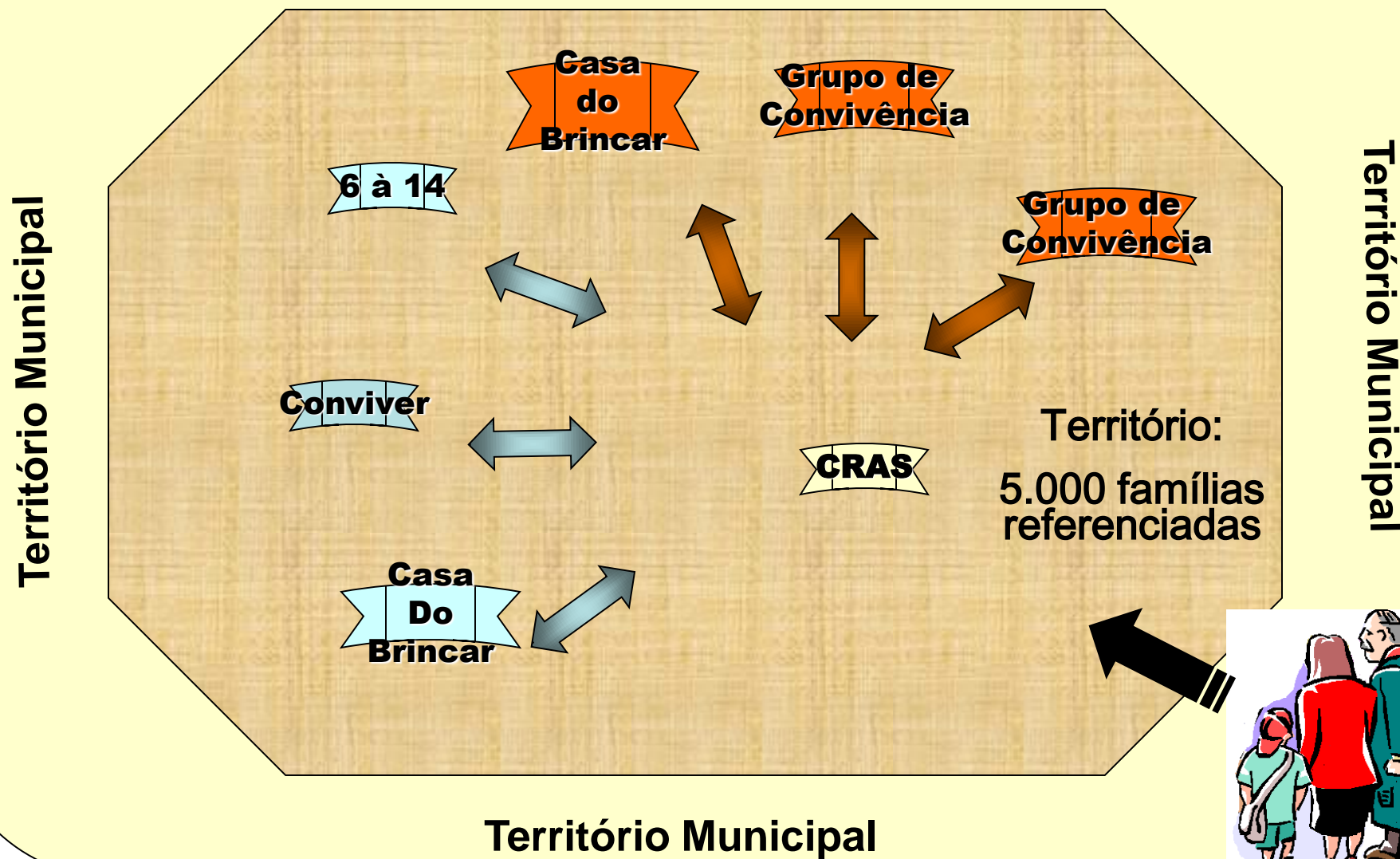
# PSE de Alta Complexidade

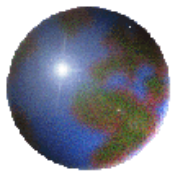
- ⊕ Atendimento Integral Institucional;
- ⊕ Casa Lar;
- ⊕ República;
- ⊕ Casa de Passagem;
- ⊕ Albergue;
- ⊕ Família Substituta;
- ⊕ Família Acolhedora;
- ⊕ Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (semi-liberdade, internação provisória e sentenciada);
- ⊕ Trabalho protegido.



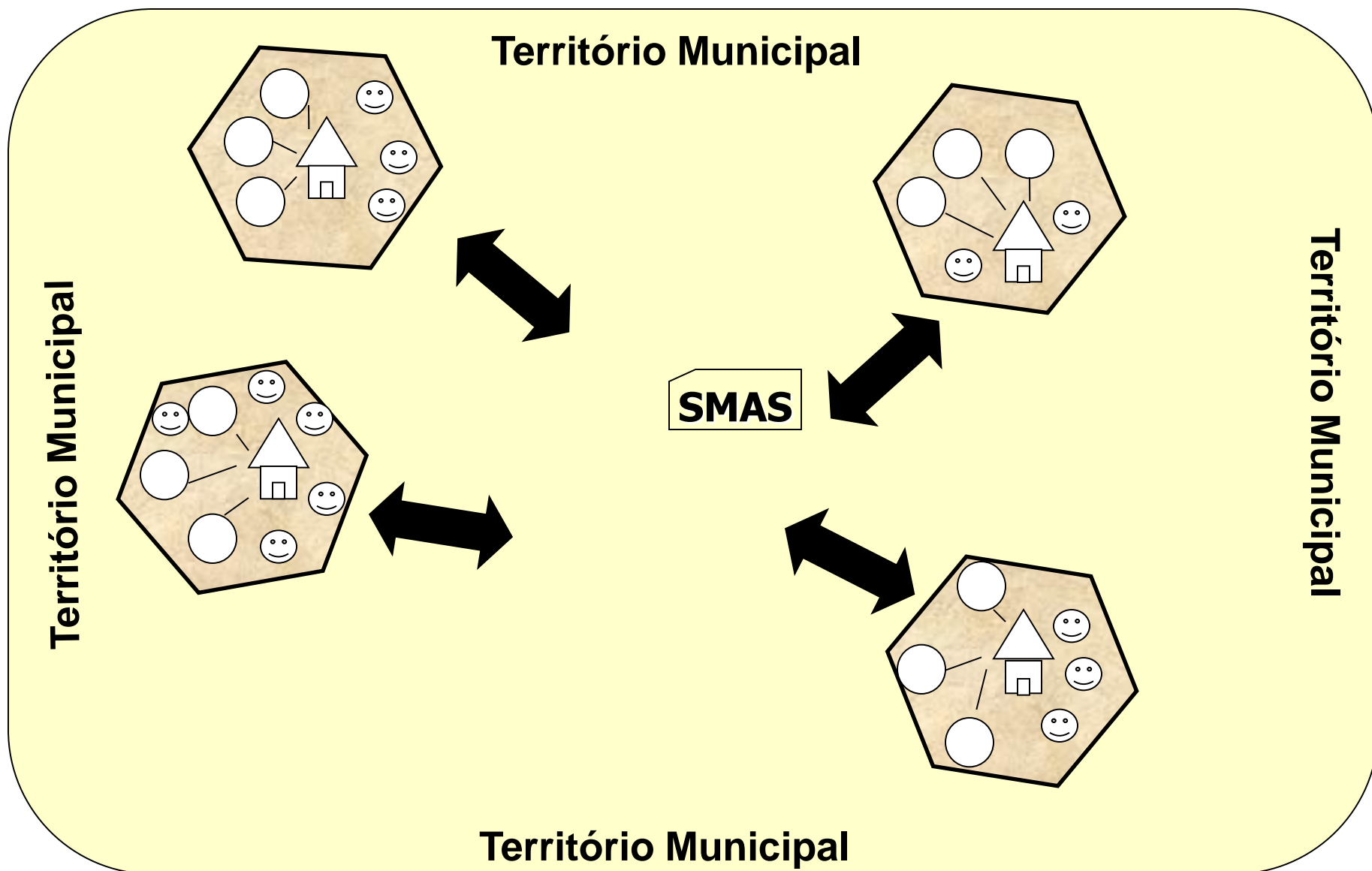
# Rede Socioassistencial → SUAS

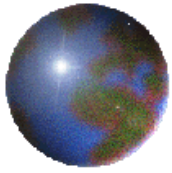
## Território Municipal





# Rede Socioassistencial → SUAS

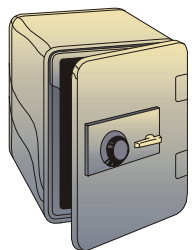




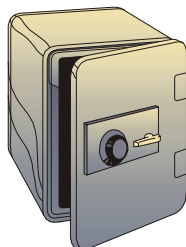
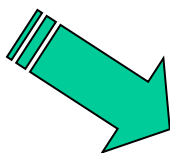
# *Financiamento e Controle Social*



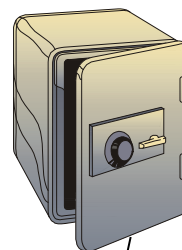
# Financiamento do SUAS



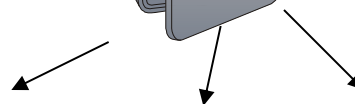
**FNAS**



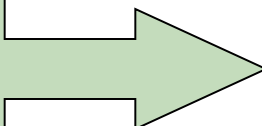
**FEAS**



**FMAS**



**Ações  
Socioassistenciais**



**ATENÇÃO!**

O orçamento do Fundo de Assistência Social DIFERE do orçamento da manutenção da Secretaria de Assistência Social.



# Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)

O Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), instituído pela Lei nº 8.742 de 7/12/1993, tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social.

Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, gerir o Fundo Nacional de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Os requisitos mínimos para que o município acesse os recursos federais são a existência e funcionamento do conselho, fundo e plano municipais de assistência social. O repasse dos recursos aos municípios para o co-financiamento dos programas e serviços da política de assistência social se dá de forma automática do FNAS para os fundos municipais de assistência social, e depende da validação dos Planos de Ação dos municípios no sistema informatizado SuasWEB.

# CADASTRO ÚNICO - CadÚnico

- Base de dados utilizada para o registro de informações sobre as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo/pessoa
- Ferramenta de planejamento das políticas públicas para todas as esferas de governo, inclusive para aperfeiçoamento das políticas públicas municipais
- Instrumento de controle social sobre as políticas públicas e em especial sobre o Bolsa Família
- As prefeituras têm papel importante no aprimoramento da identificação e cadastramento das famílias
- É de responsabilidade da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC

# Avaliação e Gestão da Informação

Ao buscar o aperfeiçoamento das políticas sociais, o Governo Federal inova na gestão pública e investe em ações de avaliação, gestão da informação, disseminação do conhecimento e capacitação.

Para concretizar esse eixo de atuação, o MDS financia e coordena pesquisas de avaliação, implementa o sistema de monitoramento e dissemina o conjunto das informações produzidas aos gestores com o objetivo das informações produzidas aos gestores com o objetivo de retroalimentar a gestão das políticas e programas de desenvolvimento social.

# Arquitetura do controle social

**PLANOS**

**CONSELHOS**

**FUNDOS**



**Conferências**

# **Competências Legais dos Conselhos de Assistência Social:**

- Deliberar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela conferência (em seu âmbito);
- Apreciar e aprovar os Planos de Assistência Social (no seu âmbito);

# **Competências Legais dos Conselhos de Assistência Social:**

- Apreciar e aprovar a proposta orçamentária e Prestação de Contas da execução dos Recursos do Fundo da Assistência Social(no seu âmbito);
- Normatizar, avaliar e fiscalizar a prestação de serviços, observadas normas gerais do CNAS;

# **Competências Legais dos Conselhos de Assistência Social:**

- Exercer o papel de vigilância social de Direitos;
- Convocar as conferências de Assistência Social;
- Promover a discussão intersetorial das políticas sociais;
- entre outras.

# **Desafios para a gestão das políticas sociais hoje**



- 1. Constituir as políticas sociais sem subordinação aos primados da rentabilidade econômica.**
- 2. Garantir maior racionalidade às ações sociais, de modo a aumentar o alcance e a visibilidade pública da política social.**
- 3. Garantir a democratização do acesso aos serviços e a participação popular em todas as ações.**
- 4. Tratar a focalização e a seletividade como residuais e não como regra.**
- 5. Politizar toda a política social: do atendimento da população à gestão dos serviços.**
- 6. Garantir a intersetorialidade – articulação entre as políticas públicas**

**Obrigado!!!!**

**Renato Francisco dos Santos Paula**

**Universidade Federal de Goiás – UFG**

**Goiás - Brasil**